



Diário Oficial Jarinu

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -
Jardim da Saúde. Jarinu/SP
CEP 13240-187

(11) 4016-8200
www.jarinu.sp.gov.br

05 dezembro 25

Edição nº 467

Página 1 de 13

SUMÁRIO

GOVERNO Leis Municipais.....	2
ADMINISTRAÇÃO Compras, Licitações e Contratos	10
ADMINISTRAÇÃO Concurso Público	10
SAÚDE Vigilância Sanitária.....	11
ASSUNTOS JURÍDICOS Procon Jarinu	12

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu
CNPJ: 45.780.079/0001-59
Endereço: Praça Francisco Alves
Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu
CNPJ: 01.569.688/0001-98
Endereço: Rua Antônio de Aguiar
Peçanha, 200 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-4330

**GOVERNO | Leis Municipais****LEI COMPLEMENTAR Nº 244 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.****DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA GUARDA MUNICIPAL DE JARINU E PLANO DE CARREIRA**

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art 1º. Esta Lei institui o Estatuto da Guarda Municipal e o Plano de Carreira e estabelece normas gerais para a Guarda Municipal de Jarinu, atendendo a Lei Federal nº 13.022/14, que disciplinou o § 8º do art. 144 da Constituição Federal.

Art. 2º. A Guarda Municipal tem por função a proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Parágrafo único. É instituição de caráter civil, uniformizada e armada, conforme previsão legal.

Art. 3º. São princípios mínimos de atuação das guarda municipal:

I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;

II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;

III - patrulhamento ostensivo e preventivo;

IV - compromisso com a evolução social da comunidade;

V - urbanidade e gentileza e

VI - uso progressivo da força.

Art. 4º. A Guarda Municipal deverá atuar em faixa exclusiva de rádio frequência e atender a população diretamente através da linha telefônica e congêneres.

CAPÍTULO II**DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES**

Art. 5º. É competência geral da guarda municipal realizar ações de segurança urbana, incluindo policiamento ostensivo e comunitário, com o objetivo de proporcionar proteção sistêmica da população que utiliza os bens, logradouros públicos municipais e instalações do Município de Jarinu, Estado de São Paulo e serviços municipais, podendo realizar prisões em flagrante e atuando de forma integrada com outros órgãos de segurança.

Parágrafo único. Os bens mencionados no caput abrangem os de uso comum, os de uso especial e os dominiais.

Art. 6º. São competências específicas e atribuições da Guarda Municipal, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais:

I - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município;

II - prevenir e inibir, pela presença e vigilância, fazendo uso de viaturas motorizadas, bicicletas elétricas ou não, a pé, em patrulhamento com cães do canil da corporação ou fazendo uso de qualquer meio de locomoção elétrica, por combustão ou não, de uso individual ou coletivo, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais.

III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais;

IV - colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social;

V - colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas;

VI - exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, ou de forma concorrente, em ambos os casos, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal;

VII - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas;

VIII - cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades;

IX - interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades;

X - estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas;

XI - articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município;

XII - integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal;

XIII - garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com



elas;

enquanto em estágio probatório.

XIV - encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário;

e) Sempre que necessário, poderá o Guarda Municipal cedido, ser convocado pela Administração da Guarda Municipal para que preste serviço em atividades inerentes do seu cargo, com o intuito de auxiliar a prestação do serviço público e para que mantenha o vínculo com a instituição cedente.

XV - contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte;

§ 1º. No exercício de suas competências, a guarda municipal poderá colaborar ou atuar conjuntamente com órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal ou de congêneres de Municípios vizinhos e, nas hipóteses previstas nos incisos XIII e XIV deste artigo, diante do comparecimento de órgão descrito nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal, deverá a Guarda Municipal prestar todo o apoio à continuidade do atendimento.

XVI - desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal;

§ 2º. O Guarda Municipal de carreira efetivo possui, além das elencadas nesta Lei, a atribuição e competência para o cumprimento de todos os preceitos previstos, atribuições e competências de obrigação da instituição Guarda Municipal estabelecidos em leis gerais que regem o serviço público.

XVII - auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignatários;

§ 3º. A cessão de que trata o inciso XXII, somente será permitida para atuação do Guarda dentro do município de Jarinu, vedada a cessão para atuar em outros municípios.

XVIII - atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local;

CAPÍTULO III

XIX - conduzir veículos oficiais em obediência à escala de serviço ou por solicitação de eventual autoridade, bem como conduzir qualquer veículo por solicitação de Autoridade ou quando se fizer necessário para o exercício efetivo de suas funções;

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

XX - Operar equipamentos de comunicação e similares em decorrência da função; e

Art. 7º. As estruturas administrativas e operacional da Guarda Civil Municipal ficam atribuídas diretamente ao Comandante e Subcomandante da corporação e integram a Secretaria de Assuntos de Segurança Pública.

XXI - Executar serviços administrativos relacionados ao cargo e toda sua escrituração.

Art. 8º. A estrutura administrativa compreende os seguintes núcleos, que serão preenchidos conforme a evolução e necessidade da Guarda Civil Municipal:

XXII - quando cedido, mediante convênio de cessão ou mediante interesse da Administração Pública, se necessário, à Polícia Civil, Bombeiro, Defesa Civil ou órgão da esfera Estadual ou Judicial Estadual que mantenha convênio com o Município de Jarinu, o guarda municipal deverá zelar pelo cumprimento de todas as previsões elencadas nesta Lei, além das previstas em convênio e demais legislações pertinentes.

I. comando, subcomando e inspetor operacional;

a) Periodicamente deverá o Guarda Municipal cedido, mediante convocação prévia da Administração da Guarda Municipal, comparecer para realizar atualização funcional, participar de requalificação profissional, bem como, prestar informações quanto ao cumprimento das determinações desta Lei e dos termos do Convênio.

II. supervisão administrativa da GCM;

b) Sempre que cedido, deverá o guarda municipal, continuar fazendo uso do uniforme e demais equipamentos obrigatórios, salvo, se por expressa autorização do Secretário Municipal de Segurança de Jarinu.

III. monitoramento;

IV. departamento de inteligência;

c) O prazo máximo de cessão não poderá exceder 02 (dois) anos, prorrogáveis somente por expressa autorização do Secretário Municipal de Segurança.

V. grupamento ambiental;

VI. grupamento tático;

VII. grupamento social;

d) Não será permitida a cessão de Guarda Municipal

VIII. academia de formação, aperfeiçoamento e especialização;

IX. armaria.

§ 1º. Os núcleos descritos nos incisos anteriores serão providos por Guardas Municipais.



§2º. Salvo o inc. I, que o exercício será nos termos do art. 14, os demais núcleos receberão chefias para exercê-los, conforme disporá lei específica para tanto, após a composição futura do corpo efetivo suficiente para integração de novas inspetorias.

CAPÍTULO IV

DA SUBORDINAÇÃO, LIMITAÇÃO DE QUANTITATIVO E CONTROLES

Art. 9º. A guarda municipal é subordinada ao Prefeito Municipal e ao Secretário Municipal de Segurança, tendo seu efetivo vinculado ao quantitativo populacional, não podendo ultrapassar:

I - 0,4% (quatro décimos por cento) da população, enquanto o Município possuir até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, segundo estimativa oficial da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

II - 0,3% (três décimos por cento) da população, quando o Município contar com mais 50.000 (cinquenta mil), desde que o efetivo não seja inferior ao disposto no inciso I.

Parágrafo único. Se houver redução da população referida em censo ou estimativa oficial da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é garantida a preservação do efetivo existente, por até três (03) anos, devendo após tal período ser ajustado com extinção ou vacância de cargos até que seja observado a variação populacional.

Art. 10. A guarda municipal será acompanhada por órgãos próprios, permanentes, autônomos e com atribuições de fiscalização, investigação e auditoria, através da:

I – corregedoria da GCM, responsável pelo controle interno, órgão de apoio e execução junto à Secretaria Municipal de Segurança, com a finalidade de apuração das infrações disciplinares, apoio social e funcional, fiscalização e controle dos servidores da Guarda Municipal.

II – Ouvidoria da GCM, responsável pelo controle externo, órgão independente em relação à direção da respectiva guarda, com a finalidade de receber e encaminhar reclamações, sugestões, elogios e denúncias acerca da conduta de seus dirigentes e integrantes e das atividades do órgão, propor soluções, oferecer recomendações e informar os resultados aos interessados, garantindo-lhes orientação, informação e resposta às demandas analisadas.

Parágrafo único. O(s) corregedor(es) e ouvidor(es) será(ão) escolhido(s) pelo Chefe do Poder Executivo, com mandato de 3 (três) anos, prorrogáveis, cuja perda será decidida pela maioria absoluta da Câmara Municipal, fundada em razão relevante e específica.

Art. 11. A guarda municipal não pode ficar sujeita a regulamentos disciplinares de natureza militar.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DA GUARDA MUNICIPAL

Art. 12. Esta Lei estabelece o Plano de Carreira, as normas, os direitos, os deveres, os procedimentos disciplinares e as vantagens dos titulares de cargos guardas municipais do Município.

Art. 13. Consideram-se para fins desta Lei:

I - classe, conjunto de cargos públicos de natureza guarda municipal da mesma denominação e amplitude de vencimentos;

II - série de classes, conjunto de classes da mesma natureza de trabalho, hierarquicamente escalonados de acordo com o grau de complexidade das atribuições e nível de responsabilidade;

III - carreira, conjunto de cargos de natureza guarda municipal, de provimento efetivo.

Art. 14. As classes e as séries de classes da Guarda Municipal integram o Quadro da Secretaria Municipal de Segurança Pública na seguinte conformidade e são alteradas de acordo com o tempo de serviço e demais requisitos para os cargos de caráter efetivo e por nomeação aos cargos providos por função de confiança:

I - Providos por função de confiança:

- a) Comandante da Guarda Municipal;
- b) Subcomandante da Guarda Municipal;
- c) Inspetor Operacional.

II - De caráter efetivo:

- a) Guarda Municipal Classe Especial;
- b) Guarda Municipal de 1ª Classe;
- c) Guarda Municipal de 2ª Classe;
- d) Guarda Municipal de 3ª Classe;
- e) Guarda Municipal Aspirante;
- f) Guarda Aluno.

Art. 15. A guarda municipal é formada por servidores públicos efetivos de carreira única e plano de cargos e salários, conforme disposto nesta Lei Municipal e terá promoção, com mudança de referência e evolução de grupo ocupacional, desde que atendam aos seguintes requisitos: cumprir o tempo de serviço e estar no mínimo no bom comportamento, bem como ter tido avaliação de desempenho satisfatória, realização de cursos pertinentes ao exercício da profissão, conforme regulamentação específica.



CAPÍTULO VI

Sessão I

Das Exigências para Investidura e Posse

Art. 16. São requisitos básicos para investidura em cargo público na guarda municipal:

I - nacionalidade brasileira;

II - gozo dos direitos políticos;

III - quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - nível médio completo de escolaridade;

V - idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VI - aptidão física, mental e psicológica;

VII - ser portador de Carteira Nacional de Habilitação, categorias AB;

VIII - não ter sofrido nos últimos 3 (três) anos, se funcionário público federal, estadual ou municipal, quando do exercício de cargo público, emprego público ou função pública, a pena de expulsão, demissão a bem do serviço público ou por justa causa;

IX - não possuir antecedentes criminais nos últimos 5 (cinco) anos;

X - idoneidade moral comprovada por investigação social e certidões expedidas perante o Poder Judiciário Estadual, Federal e Distrital.

XI - ter sido aprovado em todas as etapas do concurso público, na forma estabelecida neste Estatuto e no edital do concurso, conforme provas abaixo relacionadas, bem como ter sido classificado de acordo com o número de vagas existentes.

Art. 17. O concurso será composto pelas seguintes fases sucessivas:

I. 1ª Fase de provas objetiva e dissertativa, de caráter eliminatório e classificatório;

II. 2ª Fase de exame médico, de caráter eliminatório;

III. 3ª Fase de teste de aptidão física, de caráter eliminatório;

IV. 4ª Fase de exame toxicológico, de caráter eliminatório;

V. 5ª Fase de exame psicológico por profissional credenciado pela Polícia Federal, de caráter eliminatório;

VI. 6ª Fase de investigação social, de caráter eliminatório;

VII. 7ª Fase de títulos, de caráter classificatório.

Parágrafo Único - O edital para o concurso estipulará as exigências de cada uma das fases acima numeradas que terão caráter eliminatório.

Art. 18. Os concursos públicos terão validade máxima de 02 (dois) anos, prorrogáveis por mais 2 (dois) a critério do Chefe do Executivo, e reger-se-ão por instruções especiais que estabelecerão, em função da natureza do cargo:

I - tipo e conteúdo das provas e categorias dos títulos;

II - a forma e julgamento das provas e dos títulos;

III - cursos de formação a que ficam sujeitos os candidatos classificados;

IV - critérios de habilitação e classificação final para fins de nomeação;

V - as condições para provimento do cargo, referentes a:

a) capacidade física e mental;

b) conduta na vida pública e privada e a forma de apuração;

c) diplomas e certificados.

Art. 19. Observada a ordem de classificação após os candidatos terem sido aprovados nas fases 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 7ª e atendidos os candidatos, em número equivalente ao de cargos vagos, serão matriculados no curso de formação técnico-profissional específico.

§ 1º. A 6ª fase que trata da Investigação Social poderá ser realizada durante a frequência do candidato no curso de formação técnico-profissional específico.

Art. 20. Os candidatos a que se refere o artigo anterior serão admitidos pelo Secretário Municipal de Segurança, em caráter experimental e transitório para a formação técnico-profissional.

§ 1º. Quando do ingresso no curso de formação técnico-profissional o candidato será considerado Guarda Aluno até a sua conclusão e seus vencimentos serão de 70% do valor do salário do Guarda Aspirante.

§ 2º. No caso de servidor público municipal de Jarinu, o candidato matriculado ficará afastado do seu cargo ou função-atividade, até o término do concurso junto ao Centro de Instrução e Formação da Guarda Municipal, em local a ser designado no convênio competente com o Município de Jarinu, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens, computando-se o tempo de serviço para todos os efeitos legais.

§ 3º. É facultado ao servidor afastado nos termos do parágrafo anterior, optar pela retribuição prevista no parágrafo primeiro ou manter-se na sua de origem.

Art. 21. O candidato terá sua matrícula cancelada e será



dispensado do curso de formação, nas hipóteses em que:

I - não atinja o mínimo de frequência estabelecida para o curso;

II - não revele aproveitamento no curso em média a ser estipulada em edital;

III - não tenha conduta irrepreensível na vida pública ou privada;

IV - Não tenha sido aprovado na Investigação Social conforme inciso 6º do art. 17 desta lei.

Art. 22. Homologado o curso de formação pelo Secretário Municipal de Segurança, os candidatos aprovados serão nomeados pelo Prefeito Municipal, expedindo-se certificados dos quais constará suas médias finais, sendo obedecida a ordem de classificação no concurso.

Art. 23. Para provimento da estrutura da Guarda Municipal, serão de forma complementar exigidos os seguintes requisitos aos cargos:

I - para o cargo de Comandante, provido por função de confiança, deve ser ocupado por servidor efetivo que esteja no mínimo com 07 (sete) anos como Guarda Municipal e que além das atribuições de todo servidor efetivo da Guarda Municipal de carreira, terá que cumprir e fazer cumprir as ordens superiores, como do Chefe do Executivo e do Secretário Municipal de Segurança; delegar competências ao Subcomandante e Inspetor Operacional; orientar e definir forma de cumprimento das metas e resultados para as atividades da guarda Municipal de Jarinu orientada pela Secretaria Municipal de Segurança; realizar as movimentações de pessoal que compõe o efetivo da Instituição, objetivando a melhor conveniência do serviço; assegurar a aplicabilidade dos princípios norteadores da disciplina e da hierarquia da Guarda Municipal; elaborar relatório mensal ao Secretário Municipal de Segurança informando as excelências do serviço prestado; coordenar a Guarda Municipal para o fiel cumprimento das determinações e por tal, realizar todo e qualquer ato administrativo para que o andamento do serviço, sob a autorização da Secretaria Municipal de Segurança, seja realizado com primazia; demais determinações da Secretaria Municipal de Segurança.

II - para o cargo de Subcomandante, provido por função de confiança, deve ser ocupado por servidor efetivo que esteja no mínimo com 07 (sete) anos como Guarda Municipal e que além das atribuições de todo servidor efetivo da guarda municipal de carreira, deve assessorar o Comandante da Guarda Municipal e substituí-lo, quando designado ou na sua ausência, em seus impedimentos legais; zelar pela disciplina e o serviço administrativo, fazer cumprir e cumprir as ordens emanadas do Comandante da Guarda Municipal e Secretário Municipal de Segurança;

III - para o cargo de Inspetor Operacional, provido por função de confiança, deve ser ocupado por servidor efetivo que

esteja no mínimo com 07 (sete) anos como Guarda Municipal e que além das atribuições de todo servidor efetivo da guarda municipal de carreira, terá que planejar, coordenar e supervisionar as atividades administrativas e operacionais das equipes da Guarda Municipal de Jarinu; exercer chefia perante as demais Classes de Guardas; cumprir e fiscalizar seus subordinados quanto ao cumprimento das ordens emanadas, a fim de garantir a boa qualidade e eficácia das missões e objetivos determinados pela Secretaria Municipal de Segurança; manter o controle do planilhamento das viaturas operacionais, visando manter o patrulhamento comunitário e preventivo no Município; elaborar estatísticas a serem encaminhadas ao Comandante da Guarda Municipal; zelar pelo bom relacionamento entre os órgãos municipais, estaduais e federais existentes no Município; quando designado substituir o Subcomandante da Guarda Municipal ou Comandante da Guarda Municipal em casos de impedimento; demais ordens emanadas pelo Comandante da Guarda Municipal de Jarinu e Secretário Municipal de Segurança;

IV - para o de Guarda Municipal Classe Especial, ser ocupante do cargo de Guarda Municipal 1ª Classe, somar 5 (cinco) anos da classe anterior, para poder mudar de referência de vencimentos e evoluir de grupo ocupacional de referência, bem como ter como atribuição o cumprimento fiel de todas as suas obrigações elencadas nesta Lei e demais futuras a serem regulamentadas;

V - para o de Guarda Municipal de 1ª Classe, ser ocupante de cargo de Guarda Municipal de 2ª Classe, somar 5 (cinco) anos da classe anterior, para poder mudar de referência de vencimentos e evoluir de grupo ocupacional de referência, bem como ter como atribuição o cumprimento fiel de todas as suas obrigações elencadas nesta Lei e demais futuras a serem regulamentadas;

VI - para o de Guarda Municipal de 2ª Classe, ser ocupante do cargo de Guarda Municipal de 3ª Classe, somar 5 (cinco) anos da classe anterior, para poder mudar de referência de vencimentos e evoluir de grupo ocupacional de referência, bem como ter como atribuição o cumprimento fiel de todas as suas obrigações elencadas nesta Lei e demais futuras a serem regulamentadas;

VII - para o de Guarda Municipal de 3ª Classe, ser ocupante do cargo de Guarda Municipal de 4ª Classe, somar 5 (cinco) anos da classe anterior, para poder mudar de referência de vencimentos e evoluir de grupo ocupacional de referência, bem como ter como atribuição o cumprimento fiel de todas as suas obrigações elencadas nesta Lei e demais futuras a serem regulamentadas;

VIII - para o de Guarda Municipal Aspirante, ter sido aprovado no curso técnico de formação para Guarda Municipal, bem como ser devidamente investido ao quadro geral de funcionários públicos através de sua competente nomeação, em que passará pela fase de estágio probatório de 3 (três) anos, cumprido esse período passará mais 2 anos como



Guarda Civil Municipal;

IX – para o de Guarda Aluno, ser portador de certificado de conclusão do ensino médio e aprovado em concurso de provas e títulos, conforme critérios estabelecidos em edital próprio e ter como atribuição o cumprimento fiel de todas as suas obrigações aqui nesta Lei elencadas.

§ 1º. A evolução funcional dos integrantes da carreira Guarda Municipal dar-se-á por meio de tempo de efetivo exercício na classe e cumprimento dos requisitos de comportamento disciplinar, que consiste na elevação à classe imediatamente superior, os quais serão disciplinados por Decreto, com exceção aos incs. I a III, que serão precedidas de nomeação por função de confiança nas regras e moldes definidos nesta Lei.

§ 2º. A progressão vertical e horizontal, privativa de servidores públicos titulares de cargo de provimento efetivo, nos moldes previstos no Plano de Evolução das Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Titulares de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Jarinu.

§ 3º. As atribuições, competências, deveres, proibições, responsabilidades e demais obrigações previstas nesta legislação serão válidas para todas as referências e níveis de classes da carreira de Guarda Municipal, salvo aos cargos providos em função de confiança, que além de todas as obrigações aqui previstas para todo e qualquer guarda municipal de carreira efetiva, possuem as elencadas nos incisos I a III deste artigo, em decorrência da responsabilidade e confiança;

§4º. Para o quadro efetivo atual de Guardas Municipais, fica garantido o enquadramento de ascensão de classes imediatas conforme o requisito de tempo que já possui, além dos cumprimentos dos requisitos previstos em norma regulamentadora específica.

Sessão II

Da Capacitação e Curso de Formação

Art. 24. O exercício das atribuições dos cargos de guarda municipal requer capacitação específica, com matriz curricular compatível com suas atividades, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça.

Parágrafo único. O Curso de Formação e Capacitação será realizado pelo Centro de Formação e Instrução da Guarda Municipal em Convênio com o Município de Jarinu.

Art. 25. É facultada ao Município, para formação, treinamento e aperfeiçoamento dos integrantes da guarda municipal, firmar convênios ou consorciar-se com outros municípios, Estado de São Paulo ou mesmo forças federais, exceto àqueles destinados à formação, treinamento ou aperfeiçoamento de forças militares, vedados pela Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014.

Sessão III

Do Exercício e das Prerrogativas

Art. 26. O exercício terá início dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da posse.

Art. 27. Nenhum Guarda Municipal exercerá funções diversas das estipuladas nesta Lei e das quais o objetivo fim de seu cargo lhe destina, salvo por autorização do Prefeito Municipal ou Secretário Municipal de Segurança.

Art. 28. Quando o guarda municipal exercer, diante de suas atribuições e mediante nomeação interina, serviço de categoria superior prevista no art. 14, inc. I desta Lei, providos por função de confiança, quando excluído dessa função terá direito à percepção de 3% incluído em seu salário.

§ 1º. Quando no exercício de cargos de comando/chefia o Guarda Municipal exercerá Função de Confiança, recebendo as seguintes referências nos incisos abaixo descritos, ainda, para efeitos de enquadramento na mudança de patentes aplicam-se o valor aproximado no respectivo ocupacional da referência indicada:

I- Comandante: Referência 25

II - Subcomandante: Referência 24

III - Inspetor Operacional: Referência 23

§ 2º. Quando no exercício de cargos de caráter efetivo do art. 14, inc. II desta Lei, o Guarda Municipal receberá as seguintes referências:

I) Guarda Municipal Classe Especial: Referência: 21

II) Guarda Municipal de 1ª Classe: 20

III) Guarda Municipal de 2ª Classe: Referência: 19

IV) Guarda Municipal de 3ª Classe: Referência: 18

V) Guarda Municipal Aspirante: Referência: 17

§ 3º. O Aluno Guarda receberá 70% do salário do Guarda Aspirante.

Art. 29. Os concursos públicos para cargos de Guarda Civil Municipal da Prefeitura de Jarinu devem destinar, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas exclusivamente para mulheres e 1% (um por cento) para pessoas trans e travestis.

§1º. A nomeação dos candidatos aprovados de ambos os sexos deve se dar concomitantemente e na mesma proporção.

§2º. Quando o número de vagas reservadas por força da incidência dos percentuais previstos no “caput” deste artigo resultar em fração, aplica-se a seguinte regra:

I - se a fração for igual ou maior do que 0,5 (cinco décimos),



o quantitativo será arredondado para o número inteiro imediatamente superior; e

II - se a fração for menor do que 0,5 (cinco décimos), o quantitativo será arredondado para o número inteiro imediatamente inferior.

Art. 30. Ao Guarda Municipal é autorizado o porte de arma de fogo, conforme previsto em lei federal.

Parágrafo único. Suspende-se o direito ao porte de arma de fogo conforme disciplina a INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF Nº 310, DE 10 DE JUNHO DE 2025 e INSTRUÇÃO NORMATIVA SMASP nº 001/2025-CMT/GM, de 26 de junho de 2025.

CAPÍTULO VII

Seção I

Dos horários de escalas de serviço

Art. 31. Aos servidores públicos da Guarda Municipal que atuam no horário administrativo serão estabelecidos, alternativamente, de acordo com as necessidades dos serviços, os seguintes horários de trabalho de segunda a sexta-feira:

I - das 07h às 11h e das 12h às 16h.

II - das 08h às 12h e das 13h às 17h;

III - das 09h às 12h e das 13 às 18h.

Parágrafo único. Para atendimento de situações especiais, visando sempre o melhor atendimento dos serviços prestados, devidamente fundamentado pelo titular da divisão administrativa, poderá haver alteração nos horários estabelecidos.

Art. 32. A jornada de trabalho dos demais guardas municipais serão distribuídas de acordo com as necessidades dos serviços e quando necessário, em escala de revezamento.

§ 1º. São escalas de serviço em regime de revezamento:

I - regime de escala 12h X 36h: compreende 12 (doze) horas de serviço ininterrupto por 36 (trinta e seis) horas de descanso.

II - regime de escala 12h X 24h e 12h X 48h: compreende 12 (doze) horas de serviço ininterrupto por 24 (vinte e quatro) horas de descanso e 12X48 compreende 12 (doze) horas de serviço ininterrupto por 48 (quarenta e oito) de folga.

§ 2º. Os servidores da guarda municipal deverão estar prontos e uniformizados logo no início de seu turno ou jornada de trabalho para dar entrada no cartão de ponto, para que possam receber com agilidade todos os equipamentos necessários ao trabalho e não poderão dar saída no cartão de ponto sem uniforme, ou antes, do término do seu serviço, salvo, em situações que o autorizem a encerrar sua jornada.

§3º. Haverão 6 (seis) folgas anuais a serem fixadas de acordo com o cronograma e planejamento da Secretaria competente.

Art. 33. Os cargos de guardas municipais serão exercidos necessariamente em regime especial de trabalho perigoso que se caracteriza:

I - pelo risco à vida;

II - pela prestação de serviço em jornada de, no mínimo, 40 (quarenta) horas semanais;

III - pela sujeição a plantões noturnos e chamados a qualquer hora;

IV - pela proibição do exercício de outras atividades remuneradas, exceto as relativas ao ensino.

Sessão III

Do Adicional por Serviço Extraordinário e Adicional Noturno

Art. 34. O serviço extraordinário corresponde à convocação do servidor para prestação de serviço excedente à sua escala normal, de acordo com o abaixo descrito e lei específica.

I - serviço extraordinário diário;

II - serviço extraordinário para continuidade da atividade;

III - escala extraordinária durante o período de folga.

§ 1º. O limite máximo de horas extraordinárias será feito respeitando-se a necessidade do serviço e conforme o teto fixado pela Secretaria Municipal de Segurança.

§ 2º. Somente será permitido o serviço extraordinário para continuidade da atividade a fim de atender as situações excepcionais, sendo limitada a sua prestação até o término da ocorrência.

§ 3º. Sem prejuízos as disposições contidas na instituição municipal da DEAC (Diária Especial por Atividade Complementar), Lei Municipal nº 2.214 de 20 de abril de 2023, Decreto nº 3.341 de 15 de agosto de 2023 a qual o Guarda Civil Municipal se inscreve de forma voluntária para a sua realização.

Art. 35. A escala extraordinária durante o período de folga corresponde à prestação de serviço realizado pelo servidor, tendo em vista a deficiência de recursos humanos para atender as demandas, priorizando os postos e equipamentos emergenciais.

§ 1º. A escala extraordinária a que se refere o caput deste artigo deverá respeitar o interstício mínimo de 11 (onze) horas entre as jornadas de trabalho do servidor.

CAPÍTULO VIII

DO DIREITO DE PETIÇÃO



Art. 36. É assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de pagamento, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para defesa de direitos, sendo vedado à Administração a recusa em protocolar, encaminhar ou apreciar a petição, sob pena de responsabilidade do agente.

Art. 37. Qualquer pessoa poderá reclamar sobre abuso, erro, omissão ou conduta incompatível com o serviço, praticada por guarda municipal.

Art. 38. Ao Guarda Municipal é assegurado o direito de requerer ou representar, bem como, nos termos desta Lei, pedir reconsideração e recorrer de decisões.

CAPÍTULO IX

DO ELOGIO

Art. 39. Entende-se por elogio, para fins desta Lei, a menção nominal ou coletiva que deva constar dos assentamentos funcionais do Guarda Municipal, por atos meritórios que haja praticado.

Art. 40. O elogio destina-se a ressaltar:

I - morte, invalidez ou lesão corporal de natureza grave, no cumprimento do dever;

II - ato que traduza dedicação excepcional no cumprimento do dever, transcendendo ao que é normalmente exigível do Guarda Municipal por disposição legal ou regulamentar e que importe ou possa importar risco da própria segurança pessoal;

III - execução de serviço que, pela sua relevância e pelo que representam para a instituição ou para a coletividade, mereçam ser enaltecidos como reconhecimento pela atividade desempenhada.

Art. 41. São competentes para determinar a inscrição de elogios nos assentamentos do Guarda Municipal, o Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Segurança.

Parágrafo único. Os elogios nos casos dos incisos II e III do artigo anterior, serão obrigatoriamente considerados para efeito de avaliação de desempenho e como atenuantes nos processos disciplinares, por ocasião da aplicação de penalidades.

CAPÍTULO X

DOS DEVERES E DAS RESPONSABILIDADES

Seção I

Dos Deveres

Art. 42. São deveres do Guarda Municipal:

I - ser assíduo e pontual;

II - ser leal às instituições;

III - cumprir as normas legais e regulamentares;

IV - zelar pela economia e conservação dos bens do Município, especialmente daqueles cuja guarda ou utilização lhe for confiada;

V - desempenhar com zelo e presteza as missões que lhes forem confiadas, usando moderadamente de força ou outro meio adequado de que dispõe para esse fim;

VI - informar incontinenti toda e qualquer alteração de endereço da residência e número de telefone, se houver;

VII - prestar informações corretas ou encaminhar o solicitante a quem possa prestá-las;

VIII - comunicar o endereço onde possa ser encontrado, quando dos afastamentos regulares;

IX - proceder na vida pública e privada de modo a dignificar a função;

X - frequentar, com assiduidade, para fins de aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos profissionais, cursos instituídos periodicamente pela Guarda Municipal;

XI - portar a carteira funcional;

XII - ser leal para com os companheiros de trabalho e com eles cooperar e manter o espírito de solidariedade;

XIII - tratar com urbanidade as pessoas em geral;

XIV - estar em dia com as normas de interesse da segurança urbana;

XV - divulgar para os subordinados as normas referidas no inciso anterior;

XVI - manter discricção sobre os assuntos da repartição e, especialmente, sobre despachos, decisões e providências.

XVII - sempre que convocado prestar todo e qualquer depoimento ou declarações, salvo justo motivo.

Seção II

Das responsabilidades

Art. 43. O guarda municipal responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, ficando sujeito, cumulativamente, às respectivas cominações.

§ 1º. A responsabilidade administrativa é independente da civil e da criminal.

§ 2º. Será reintegrado ao serviço público, no cargo que ocupava e com todos os direitos e vantagens devidas, o guarda municipal absolvido pela Justiça, mediante simples



comprovação do trânsito em julgado de decisão que negue a autoria ou a existência do fato que deu origem à sua demissão.

§ 3º. O processo administrativo só poderá ser sobrestado para aguardar decisão judicial por despacho motivado da autoridade competente para aplicar a pena.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
PREFEITA MUNICIPAL DE JARINU

HAROLDO NANNI CAMPOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSUNTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO | Compras, Licitações e Contratos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2025

EDITAL Nº 109/2025 - PROCESSO Nº 219/2025 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO QUILOMETRO, DE PRIMEIRO EMPLACAMENTOS, PARA ATENDIMENTO DAS DIVERSAS SECRETARIAS.

HOMOLOGAÇÃO

Homologo o procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº 099/2025, do tipo menor preço por item, o objeto às empresas: Brandão Veículos Ltda, item 01; Javep Veículos Peças e Serviços Ltda, itens 02 e 03; Camminare Máquinas e Empreendimentos Ltda, item 04; Loureiro e Figueiredo Comércio de veículos Ltda, itens 05, 06, 07. Autorizando a lavratura dos respectivos Contratos.

Jarinu, 05 de dezembro de 2025.

Maria Aparecida Adomaitis
Secretária Municipal de Administração

TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO Nº 286/2025

Na forma do Artigo 74 “caput”, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, Ratifico o ato da contratação por Inexigibilidade de Licitação, em favor da empresa Peroni Produções Artísticas Ltda-Me, visando à realização de apresentações teatrais voltadas à primeiríssima infância no Anfiteatro Municipal Pedro Amos Comin, em Jarinu/SP, conforme programação cultural estabelecida pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Jarinu, 05 de dezembro de 2025.

Iohana Janing
Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO Nº 281/2025

A Prefeitura Municipal de Jarinu torna público a abertura de prazo para cotação em que visa à Contratação de serviços técnicos especializados para desenvolvimento e tratamento

de dados variáveis relacionados a documentos fiscais e informativos, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Finanças, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 08/12/2025

PRAZO FINAL : 10/12/2025

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: compraspmj@jarinu.sp.gov.br, cotacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO | Concurso Público

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2025

EXTRATO DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PROVISÓRIO DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, torna público o Resultado Provisório da Avaliação de Títulos.

O resultado está disponível para consulta nos sites do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br) e da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP (www.jarinu.sp.gov.br).

O prazo para a interposição de recursos é de 02 (dois) dias úteis, conforme estabelece o Edital do Concurso Público, no Capítulo dos Recursos, ou seja, dias 8 e 9 de dezembro de 2025.

Para recorrer, o candidato deverá acessar o site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br) e clicar no link “Meus Concursos”, digitando o seu CPF e sua senha de acesso, e seguir as instruções ali contidas.

Admitir-se-á um único recurso por candidato, para o evento referido neste comunicado.

Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados não serão apreciados.

O recurso deverá ser individual, devidamente fundamentado e conter o seu questionamento.

Não serão aceitos recursos interpostos por correspondência (SEDEX, AR, telegrama etc.), e-mail, via SAC ou outro meio



que não seja o estabelecido no Edital do Concurso Público.

Não serão apreciados os recursos que forem apresentados em desacordo com as especificações contidas no Capítulo dos Recursos, do Edital do Concurso Público ou fora do prazo estabelecido ou sem fundamentação lógica e inconsistente ou com argumentação idêntica a outros recursos.

O Resultado Final e Homologação do Concurso Público está previsto para ser divulgado em 19 de dezembro de 2025, no Diário Oficial do Município de Jarinu/SP e nos sites do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br) e da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP (www.jarinu.sp.gov.br).

O candidato deverá observar as normas e os procedimentos contidos no Edital do Concurso Público.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, publique-se.

Jarinu/SP, 5 de dezembro de 2025.

PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JARINU/SP

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 04/2025

EXTRATO DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS OBJETIVA E PRÁTICO-PROFISSIONAL – PÓS RECURSO E DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PROVISÓRIO DA PROVA DE TÍTULOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, por meio do INSTITUTO MAIS DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TORNA PÚBLICO:

- o Resultado das Provas Objetiva e Prático Profissional, pós recursos; e
- o Resultado Provisório da Prova de Títulos.

Os Recursos interpostos por ocasião da divulgação do Resultado Provisório das Provas Objetiva e Prático Profissional foram analisados e julgados improcedentes pela Banca Examinadora.

O Resultado Provisório da Prova de Títulos está disponível para consulta nos sites do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br) e da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP (www.jarinu.sp.gov.br).

O prazo para a interposição de recursos é de 02 (dois) dias úteis, conforme estabelecido no Capítulo dos Recursos, do Edital do Concurso Público, ou seja, nos dias 8 e 9 de dezembro de 2025.

Para recorrer, o candidato deverá acessar o site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br) e clicar no link “Meus Concursos”, digitando o seu CPF e sua senha de acesso, e seguir as instruções ali contidas.

O Recurso deverá ser individual, devidamente fundamentado e conter o seu questionamento.

Não serão aceitos Recursos interpostos por correspondência (SEDEX, AR, telegrama etc.), e-mail, via SAC ou outro meio que não seja o estabelecido no Edital do Concurso Público.

Não serão apreciados os recursos que forem apresentados em desacordo com as especificações contidas no Capítulo dos Recursos, do Edital do Concurso Público ou fora do prazo estabelecido ou sem fundamentação lógica e inconsistente ou com argumentação idêntica a outros recursos ou contra terceiros.

A decisão do “Deferimento” ou “Indeferimento” do Recurso será dada a conhecer coletivamente e por meio de publicação no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), na data prevista de 12 de dezembro de 2025, bem como as respostas aos Recursos, serão encaminhadas diretamente aos candidatos.

O Resultado Final e Homologação do Concurso Público está previsto para ser divulgado em 12 de dezembro de 2025, nos sites do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br) e da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP (www.jarinu.sp.gov.br), bem como divulgado no Diário Oficial do Município de Jarinu/SP.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento é expedido o presente Comunicado.

Jarinu/SP, 5 de dezembro de 2025.

PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JARINU/SP

SAÚDE | Vigilância Sanitária

DEFERIMENTO - EXPEDIÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Jarinu, através da VIGILÂNCIA SANITÁRIA, de acordo com o que rege a Lei Estadual 10.083 de 23/09/1998, torna público o que segue:

Comunicado de DEFERIMENTO referente a Expedição de Auto de Infração.

Processo: 396/25

Razão Social: MONICA PATRICIA SIMÕES HISHINOKUMA

CNPJ/CPF: 33.118.866/0001-50

CNAE: 5611-2/05

Endereço: PRAÇA ROSEIRAL 11

Município: JARINU UF: SP

Infração: Por comercializar produtos não autorizados. Manipular produtos de interesse à saúde sem a Licença dos Órgãos Sanitários competentes, contrariando as Normas Legais vigentes.



Data do evento: 27/11/2025 Hora: 15h25min.

AIP: 04/25 AIF: 05/25

Penalidade: Interdição total do estabelecimento

O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente, respondendo civil e criminalmente por seu não cumprimento.

Jarinu, 03 de dezembro de 2025.

Mirailton Moreira Gomes
Secretário de Saúde

ASSUNTOS JURÍDICOS | Procon Jarinu

ATENDIMENTOS NO MÊS NOVEMBRO DE 2025

ASSUNTOS	TOTAL
Alimentos	0
Saúde	03
Habitação	01
Produtos	12
Serviços	19
Essenciais	27
Financeiros	54
Orientações Gerais	89
Retorno Presencial	36
Fiscalização	0
Extra Procon	04
Audiências Realizadas	03
Reclamações Realizadas	41
Total de Atendimentos	290
Autos Lavrado (constatação/infração/notificação)	0
Visitas Fiscalizatória / Diligências	0
Programa de Apoio ao Superendividado	0
Educação para Consumo	01
Total de Atividades	01

Obs: Dados coletados com a adoção do Sistema Proconsumidor da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério Justiça e Segurança Pública – SENACON.

Anderson Cardoso
Coordenador Procon Jarinu

Daniela Tardelli
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

CADASTRO MUNICIPAL DE RECLAMAÇÕES FUNDAMENTADAS

O Procon Jarinu, órgão vinculado à Secretaria de Assuntos Jurídicos e Cidadania, conveniado com a Fundação Procon do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o art.44 da lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, vem a público, divulgar o CADASTRO MUNICIPAL DE RECLAMAÇÕES FUNDAMENTADAS referente ao período de 01/11/2025 a 30/11/2025, resultado da consolidação das reclamações fundamentadas elaboradas pelo órgão público de defesa do consumidor, cujas informações estão disponibilizadas aos interessados no sítio eletrônico - <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>.

As reclamações arroladas na lista abaixo, estão disponíveis em sua sede (Avenida Ernesto de Moraes. Nº 333, Centro Soluções, Jarinu-SP). Referente às reclamações finalizadas e abaixo publicadas, fica concedido, a todos os interessados, a partir da data desta publicação, o prazo de 15 dias para oferecimento de recurso, nos termos nos termos do art.44 da Lei 10 177/98. Obs: "O recurso deverá ser protocolados na sede do Procon Municipal de Jarinu, situada à Avenida Ernesto de Moraes, 333 – Centro de Soluções– Jarinu-SP";

Nº de Atendimento	CNPJ/CPF	Fornecedor
Tipo da Classificação		
25.06.0779.001.00077-301	-	08.140.910/0001-81 - CASA SANTOS ASSISTENCIA TECNICA - Fundamentada Atendida.
25.08.0779.001.00050-301	-	43.776.517/0001-80 - SABESP CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP - Fundamentada não Atendida.
25.08.0779.001.00078-301	15.245.499/0001-74	- Paulista Serviços PAULISTA - SERVIÇOS DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS LTDA - Fundamentada não Atendida.
25.09.0779.001.00031-301	03.361.252/0001-34	- Mercado Livre Mercado Livre.com Atividades de Internet Ltda. - Fundamentada não Atendida.
25.09.0779.001.00037-301	07.912.676/0001-09	- DAMASIO - EDUCACIONAL LTDADAMASIO EDUCACIONAL LTDA - Fundamentada não Atendida.
25.09.0779.001.00042-301	42.735.881/0001-39	- EVOY CONSÓRCIOSADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA - Fundamentada não Atendida.
25.09.0779.001.00056-301	48.822.271/0001-59	- RITMO MOVEIS E DECORACOESRITMO MOVEIS E DECORACOES LTDA - Fundamentada não Atendida.
25.09.0779.001.00056-302	36.061.806/0001-37	- RITMO CAMPINAS MOVEIS PLANEJADOS LTDA - Fundamentada não Atendida.



25.09.0779.001.00061-301 - 43.776.517/0001-80 -
SABESP CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO
PAULO SABESP - Fundamentada não Atendida.

25.09.0779.001.00069-301 - 33.136.888/0001-43 -
BRB CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S A -
Fundamentada Atendida.

25.10.0779.001.00016-301 - 02.558.157/0001-62 -
Vivo - Telefônica Brasil S/A -Fundamentada não Atendida.

25.10.0779.001.00028-301 - 02.328.280/0001-97 -
NEOENERGIA ELEKTRO S/A-Fundamentada não Atendida.

25.10.0779.001.00056-301 - 60.746.948/0001-12 -
Banco Bradesco S.A. - Fundamentada não Atendida

25.11.0779.001.00005-301 - 05.032.035/0001-26
- RECOVERY DO BRASIL CONSULTORIA S.A -
Fundamentada Atendida.

25.11.0779.001.00005-302 - 62.173.620/0001-80
- Serasa Experian Serasa S/A -Fundamentada
Atendida.

25.11.0779.001.00020-301 - 03.361.252/0001-34
- Mercado Livre.com Atividades de Internet Ltda -
Fundamentada Atendida.

25.11.0779.001.00034-301 - 02.328.280/0001-97 -
NEOENERGIA ELEKTRO S/A -Fundamentada Atendida.

25.11.0779.001.00040-301 - 40.432.544/0001-47 -
Claro Claro S.A. - Fundamentada Atendida.

ASSUNTOS E PROBLEMAS MAIS RECLAMADOS NO MÊS

SERVIÇOS FINANCEIROS

Assunto: Cartão de crédito / Cartão de débito / Cartão de loja, crédito consignado / Cartão de crédito consignado, RMC (para beneficiários do INSS), crédito pessoal e demais empréstimos(exceto financiamento de imóveis e veículos), financiamento de veículos/leasing, seguro de vida, atendimento bancário. PROBLEMAS: Cobrança por serviços/ produto não contratado/ não reconhecido/ não solicitado, renegociação/ parcelamento de dívida, SAC - Demanda não resolvida / não respondida, vazamento de dados e outros incidentes de segurança, cobrança em duplicidade/ cobrança referente à pagamento já efetuado, atendimento bancário.

PROCON JARINU

Avenida Ernesto de Moraes, 333, Centro de Soluções, Centro
- CEP 13240- 005 - Jarinu/SP.